



REGIMENTO DAS INTENDENCIAS, E CASAS DE FUNDIÇÃO.



OM JOSEPH por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, dáquem e dálem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India &c. Faço saber, que por quanto na Ley, que mandei publicar em tres de Dezembro do anno proximo passado, fui servido resolver, que se formasse Regimento para o bom governo das Intendencias, e Casas de Fundição; que mandei estabelecer no Estado do Brasil, e reservar para o mesmo Regimento algumas providencias, e individuações, que tendo nelle competente e amplo lugar, seriaõ menos proprias na referida Ley: e para que o conteúdo nella se observe e cumpra inteiramente, sem que a prática de hum methodo tão solido, e tão favoravel aos meus Vassallos, possa ser interrompida com qualquer pretexto: Estabeleço a todos os ditos respeito o seguinte.

*

CA-

CAPITULO I.

Do modo , em que os Intendentes Fiscaes , e mais Ministros se devem governar na intelligencia das disposições da dita Ley, que podiaõ ser objectos de interpetração ; e dos salarios , que haõ de vencer os Ministros , e mais Officiaes.

§. 1. **Q**Uando venha a succeder o caso de se fazer derrama pelo Povo , na forma estabelecida no Cap. 1. da referida Ley , Ordeno que a igualdade e justiça estabelecida pelo §. 3. do dito Cap. seja em tudo regulada pelo que se acha disposto no Regimento dos encabeçamentos a favor dos Povos deste Reyno , para o que haverá o dito Regimento em todas as Intendencias , e Camaras comprehendidas na proposta de 1734. ; que fez a base da referida Ley.

§. 2. Por obviar a toda a contrária intelligencia do Cap. 4. §. 1. da dita Ley , Ordeno que a prohibição nelle contêda seja geral e absoluta , comprehendendo todas as especies de moedas de ouro , ainda de oitocentos reis para baixo.

§. 3. Achando-se depois de haver sido impressa e publicada a referida Ley , que no mesmo Cap. 4. §. 3. se não escrevêraõ as palavras , que fazião o seu verdadeiro sentido , trocando-se a palavra *Comarcas* pela palavra *Minas* : e sendo que o uso do Ouro em pó sómente foy por mim permitido dentro do Territorio das Minas , e aos Viandantes , que dentro nelle passassem de humas para outras Comarcas : Hey por bem ordenar , que assim se observe inviolavelmente , e que por nenhum pretexto , nem ainda em pequenas quantidades , por modicas que sejaõ , se possa extrahir Ouro em pó dos respectivos Registos para fóra , debaixo das penas estabelecidas na referida Ley : E mando que nos ditos Registos haja as moedas de Ouro necessarias para os Viandantes , que sahirem fóra delles , poderem trocar o que lhes for necessario para o seu caminho.

§. 4. Porque não succeda entender-se , que as segundas Guias , ordenadas no Cap. 3. §. 5. da dita Ley se haõ de multiplicar , fazendo-se novas Guias , Ordeno que as ditas segundas Guias sejaõ sempre feitas no Verso das primeiras , sem mais do que a gratuita intervenção dos Officiaes dos respectivos Registos.

§. 5. Não he da minha Real Intenção innovar cousa alguma sobre os salarios , que se achão estabelecidos por resoluções minhas ,
para

para os respectivos Intendentes, nem tão pouco os que pela referida Ley novíssima se achão estabelecidos a favor dos Fiscaes. Semelhantemente os Thesoureiros, Escrivães, Ensayadores, Fundidores, e os seus respectivos Ajudantes, se regulem pela Provisão expedida pelo Conselho Ultramarino em dous de Fevereiro de 1726., em virtude da Resolução, que El-Rey meu Senhor e Pay foi servido tomar em 31. de Janeiro do dito anno.

C A P I T U L O II.

Hey por bem, que em cada huma das Casas da Fundição, além do Intendente, Fiscal, Meirinho, e seu Escrivão, nomeados na Ley, que para arrecadação dos Quintos do Ouro mandei publicar em tres de Dezembro do anno proximo passado de 1750., haja de mais hum Thesoureiro, hum Escrivão da sua receita, hum Escrivão da Intendencia, outro das Fundições, dous Fundidores, ou hum com seu Ajudante, hum Ensayador com seu Ajudante, para que assim se faça com mais segurança a arrecadação da minha Real Fazenda, e se expeção as Partes com mayor brevidade.

C A P I T U L O III.

Dos Intendentes.

§. 1. **A**s Pessoas, que na forma das minhas Reaes Resoluções se me devem propôr para Intendentes, serão sempre as de cujo zelo, probidade, e desinteresse houver melhor noticia, e de quem se possa confiar, que igualmente cuide na exacta arrecadação da minha Real Fazenda, em fazer Justiça aos Póvos, e em procurar que se tratem sem vexação, ou extorsão alguma, que perturbe o sossego e quietação publica.

§. 2. Os ditos Intendentes hirão todos os dias, que não forem Santos, com os seus Officiaes ás Casas da Fundição respectivas, aonde assistirão tres horas de manhã, e tres de tarde, e todo o mais tempo que for preciso, para que sem vexação, nem demóra alguma se receba, funda, e entregue o Ouro, que entrar nas mesmas Casas, sem que haja difficuldade, dilação, ou embaraço, de que resulte ás Partes a menor incommodidade.

§. 3. A primeira diligencia, que os ditos Intendentes devem fazer todos os dias, quando entrarem nas Casas da Fundição, he visi-

tarem as Officinas, para vêr se nellas estão os Officiaes promptos, e tudo expedito, para se fundir o Ouro, e marcarem as barras: e no primeiro dia de cada semana os mesmos Intendentes com o Fiscal e Thesoureiro examinarão as balanças, e conferirão os pezos com os Padroões, que se lhes remettem desta Corte.

§. 4. Aos mesmos Intendentes encarrego o especial cuidado, com que devem vigiar, se os Officiaes subalternos fazem a sua obrigação, examinando o seu procedimento, o modo com que tratao as Partes, e procurando que todos cumprão, pela parte que lhes toca, o que está determinado na referida Ley de tres de Dezembro, e o que mais se lhes encarregar neste Regimento.

§. 5. Em observancia do Capitulo 2. da sobredita Ley, faraõ os ditos Intendentes todos os annos as conferencias, que nelle se determinão, e daraõ conta no Conselho Ultramarino com o theor dellas, e juntamente com huma distinta informação não só do que resultar desta conferencia, mas de todas as mais diligencias, que tiverem feito, para a exacta arrecadação dos Direitos dos Quintos, e para se evitarem todas as falsidades; e quando para isto seja necessaria alguma nova providencia, nesta mesma contra a devem pedir, para se lhes conceder, se for justa.

§. 6. Quando por força das averiguações se venha no conhecimento de que ha barras, ou bilhetes falsos, os mesmos Intendentes tirarão logo huma exacta devassa, procurando por meyo della averiguar a verdade, e descobrir os Reos, sem culpar nem infamar os que o não forem; para cujo effeito sem escusa alguma inquirirão pessoalmente as Testemunhas com o cuidado, e circumspecção, que pede materia tão grave.

§. 7. Da mesma fôrma, tendo noticia, ou por denúncia (a qual sempre se deve tomar em livro para esse effeito destinado), ou por outro qualquer modo, de que ha extravio, ou descaminho de Ouro, sem hir ás Casas da Fundição, procederão logo a devassa com as cautelas referidas; e porque estas devem ser mayores em receber as denúncias no caso, e pela fôrma, em que sómente as permite a Ley sobredita de tres de Dezembro, cuidarão os ditos Intendentes muito seriamente na qualidade dos denunciantes, e em que não sejam pessoas inimigas, nem que tenham outro interesse, ou motivo, que os de evitarem o prejuizo público, e conseguirem a justa conveniencia, que se lhes concede.

§. 8. As diras devassas se haõ de tirar dentro do tempo determinado na Ley do Reyno: mas quando haja alguma razão justa, para se não

*as devassas se devem
fazer sem que se aver-
gue a verdade, e descubra-
se o Reo, sem culpar nem
infamar os que o não
forem*

se não fecharem no termo de trinta dias, os Intendentes poderão dilatar a sua conclusão por mais outros trinta, declarando no encerramento o motivo e causa, que tiverão para a dita extensão, para que assim nas Instancias superiores se possa conhecer da legalidade della, devendo-se entender causa justa para este fim a ausencia de alguma Testemunha, referida em ponto essencial; ou que provavelmente tenha plena noticia do facto, ou impedimento do Intendente, por causa do serviço público, por estar em tempo de mayor occurrencia de Ouro, ou em que por vizinhança de frota seja precisa mayor expedição.

§. 9. Se em consequencia das sobreditas devassas houver alguns culpados, os Intendentes os pronunciarão; e lhes darão livramento com appellação e agravo para a Relação competente; o que porém se deve entender naquelles casos em que pela Ley novissima não tem lugar a pena de morte; porque nestes segundos, depois de pronunciados, e presos os Reos, se devem remetter com as suas culpas à Relação, para serem sentenciados nas Ouvidorias geraes do Crime, segundo o seu merecimento.

§. 10. Todas as ditas causas criminaes contra os falsificantes das Barras, e Bilhetes, e desfencaminhadores do Ouro, serão sentenciados no tempo preciso e improrogavel de dous mezes depois de fechada a devassa; e nas residencias dos Intendentes se procurará especialmente pela observancia deste Capitulo, por cuja transgressão serão castigados, conforme a qualidade della, sem se lhes admittir escusa alguma.

§. 11. A respeito dos Reos, que forem remettidos às Relações, se praticará o mesmo, sentenciando-se dentro de dous mezes depois de se recolherem nas cadeas das mesmas Relações; e os Governadores dellas terão cuidado de medarem parte de qualquer omissão que houver nesta materia; e se deve entender que as pessoas, que pela sua qualidade podem ser condemnadas na pena de morte nas mesmas Comarcas, conforme o Regimento das Ouvidorias, serão nestas sentenciados, sem se remetterem à Relação.

§. 12. Para se acautelar mais o extravio do Ouro, ordenarão os Intendentes aos Provedores dos Registos das suas respectivas Comarcas, que todos os mezes lhes remetão listas dos Comboyeiros, e Comerciantes, que por elles entraão com os seus nomes, e declaração das terras, donde vem, e do numero dos Negros, Cavalos, Gados, e cargas que trazem, para se valerem desta noticia, para as diligencias, que houverem de fazer, e as mesmas listas se farão dos que sahirem, por modo respectivo.

§. 13. Em tudo o mais que respeitar á arrecadação do Quinto do
* 3. Ouro

Ouro, e ao cumprimento do disposto na Ley novissima sobre esta materia, teraõ os ditos Intendentes a jurisdicção, que nella se lhes concede, e a de fazerem as mais averiguações, e diligencias, que julgarem precisas, com tanto que nem directa, nem indirectamente causem alguma vexação ao Povo, e embaraço ao Commercio; e os Governadores e Ministros daraõ aos Intendentes toda a ajuda, e favor que lhes pedirem, ordenando que os Soldados, Officiaes Militares, e os das Justiças ordinarias lhes obedeçaõ, e cumpraõ seus Mandados, em quanto se dirigirem ao referido fim de evitar os descaminhos do Ouro, e arrecadar o Direito dos Quintos.

§. 14. No fim de cada hum anno os Intendentes, cada hum nas Intendencias que lhes tocaõ, com os seus Fiscaes, Thesoureiros, e Escrivaes, examinairão o Cofre, em que na fôrma abaixo declarada ha de estar o prducto dos Quintos; e de tudo o que se achar, se fará huma somma, e della se tomará hum assento, ou termo no Livro da Receita, em que com toda a distincção se declare o numero das Oitavas, e valor dellas, o qual termo será assignado por todas as pessoas sobreditas, e se passará huma certidaõ com o seu theor assignada pelo Intendente, e acompanhará o dito Ouro até ser entregue nesta Corte.

§. 15. O Ouro, que na fôrma dita se achar do Quinto em cada huma das Intendencias do Governo, das Minas Geraes se metterá em Borrachas, e com a marca da sua respectiva Intendencia, e com a dita certidaõ, e hum mappa exacto do numero total das Oitavas, e das que repartidamente vem em cada Borracha, será remettida à Casa Real da Fundição de Villa Rica com toda a arrecadação, e conduzido pela pessoa, e com a escolta que lhe der o Governador.

§. 16. Nesta Casa de Villa Rica se deve fazer o cumulo determinado no Cap. 1. §. 1. da mencionada Ley de 3. de Dezembro; e tornando-se alli a pesar o Ouro das outras Intendencias sobreditas, se fará huma somma total de todo o Ouro das Minas Geraes, para se saber se chega, ou excede às cem arrobas do encabeçamento; e quando exceda, se fará na mesma o deposito do sobejo e excesso, carregando-se em Receita separada ao Thesoureiro; e quando não chegue, dará o Intendente parte ao General, para se proceder à derrama, na fôrma da Ley.

§. 17. Desta Casa Real da Fundição de Villa Rica sahirá toda a importancia do encabeçamento, que nella se deve ter junto, na fôrma referida, à ordem do General, com a escolta que elle lhe assignar, e com hum distinto mappa das Borrachas do Ouro, do numero das Oitavas, que vem em cada huma, e das que pertencem a cada Inten-

Intendencia; o qual mappa se remetterá ao Governador com o dito Ouro; que se ha de entregar no Rio de Janeiro na Casa dos Contos, e nella aos Capitaes de Mar e Guerra, tudo na forma, e com as mesmas clarezas, que atéqui se praticava com a remessa do Ouro; e outro mappa semelhante remetterão os Intendentes de Villa Rica todos os annos ao Conselho Ultramarino.

§. 18. Nas Minas dos outros Governos, que se não comprehendem no encabeçamento, feita a conta à importancia do Quinto, que se tiver satisfeito em cada huma das Casas da Fundição, se mandará o seu producto com as mesmas declarações, e ordem acima dada ao Rio de Janeiro; praticando-se em tudo pelos Governadores respectivos a formalidade, e cautelas acima ditas, e atéqui observadas na remessa do Ouro da Capitação; e no Rio de Janeiro se fará o mesmo, que fica disposto no §. antecedente: e pelo que respeita às Minas, que ficam no Governo da Bahia, hirá da mesma forma o seu Ouro para esta Cidade, para dellá ser remetido com a mesma arrecadação até o presente praticada.

§. 19. Quando aos Intendentes pareça necessaria alguma interna providencia, a pedirão aos Governadores do Districto, que lhes concederão as que couberem nas suas faculdades, dando-me logo conta de tudo o que determinarem: e aos mesmos Governadores encarrego o especial cuidado que devem ter nos mesmos Intendentes, para os advertirem de tudo o que convier ao meu serviço, e me participarem as faltas, omissoes, ou descuidos, que nelles houver, tendo os mesmos Governadores entendido, que por força desta recommendação ficam responsaveis das defordens, que houver nas Intendencias, e na arrecadação dos Quintos.

§. 20. Os dous Intendentes Geraes da Bahia e Rio de Janeiro observarão este Regimento na parte, que lhes pôde tocar: e como a sua principal obrigação he examinarem os descaminhos, que se effectuaõ, e ordinariamente se dirigem aos Portos de mar, terão nesta materia hum grande cuidado e vigilancia, de que se necessita, e a este fim farão as averiguações e diligencias, que julgarem convenientes.

§. 21. Os mesmos Intendentes Geraes usaráõ de toda a jurisdição, que aos outros he concedida, para tirarem as devassas, pronunciarẽ, e sentenciarem os Reos; e farão todos os annos as conferencias com os livros das Casas da Moeda das ditas Cidades da Bahia, e Rio de Janeiro, e da mesma forma que os outros poderão receber as denúncias, que se derem perante elles.

§. 22. Elles Intendentes Geraes communicarão aos das suas

Comarcas respectivas todas as noticias que tiverem, e considerarem precisas, ou para se acautelar, ou para se proseguir algum descaminho, e quaesquer outras noticias, que convenhão ao bem de meu serviço, e interesse público; e da mesma fórma os Intendentes das Comarcas terão sempre huma correspondencia com o Intendente Geral do seu Districto, para que tenhaõ individual noticia do que se passa nas Intendencias, e de tudo o que possa conduzir para o mesmo intento de evitar os descaminhos.

§. 23. A estes dous Intendentes hiraõ remettidos os livros, caixões de Bilhetes, materiaes, cunhos, e tudo o mais que desta Corte se mandar para o serviço das Casas da Fundição, para os fazerem conduzir para ellas com a brevidade, e commodidade possível: e todas as frotas daraõ conta no Conselho Ultramarino, do que tiverem feito, e das noticias, que alcançarem das outras Intendencias, e do bem ou mal, que nellas se serve, remettendo ao mesmo Conselho as Relações de tudo o q̃ enviaraõ ás ditas Casas de Fundição, como tambem as copias das cartas, que houverem escripto ás Intendencias, e que dellas houverem recebido, com hum catalogo chronologico das referidas cartas.

§. 24. Se alguns Officiaes das Intendencias tiverem qualquer omissão, ou descuido, os Intendentes, com o parecer dos Fiscaes, os advertirãõ; e se não se emendarem, ou commetterem alguns erros, ou culpas nos seus Offícios, os mesmos Intendentes os auctuarãõ, e procederãõ contra elles, como for justiça, dando appellação e aggravo das suas sentenças, excedendo a pena de hum mez de suspensão, que he a que declaro cabe na alçada dos ditos Intendentes.

§. 25. Sendo porẽm commetrido algum crime ou desordem pelos Fiscaes, os Intendentes os advertirãõ; e não se emendando daraõ conta aos Governadores respectivos, para que achando-os em culpa os suspendaõ, e pelo Conselho Ultramarino me dem conta, para mandar proceder contra elles, conforme a sua gravidade, não sendo esta de qualidade que tenha pena estabelecida na Ley, porque nestas se lhe poderá impôr sem se me dar parte.

§. 26. Para o caso em que venha a succeder, que algum Fiscal seja suspenso na sobredita fórma, as respectivas Comarcas farãõ sempre eleição dos dous, que haõ de servir nos seis mezes successivos a ella, para que o que estiver immediato a entrar, possa substituir o que for suspenso, ou impedido por qualquer incidente. E no caso de suspensão, procederãõ as mesmas Camaras a nova eleição dos outros dous Fiscaes, que se haõ de seguir, para que os que exercitarem têmhaõ sempre substitutos em todos os casos que occorrerem.

CAPITULO IV.

Dos Fiscaes.

§. 1. **O**S Fiscaes são as Pelloas, a quem abaixo dos Intendentes encômendo com mais especialidade o cuidado na arrecadação do Direito Senhoreal do Quinto ; e como a elles principalmente pertence o evitarem o prejuizo público, e o que pôde receber o commum na furtiva extracção do Ouro, procurarão com a mais efficaz actividade todos os meynos de acautelar este damno, promovendo a causa pública, e requerendo a beneficio desta tudo o que julgarem conveniente.

§. 2. Os dítos Fiscaes serão nomeados pelas Camaras respectivas, para servirem por tempo de tres mezes, na forma que dispoem o Cap. 3. §. 2. da Ley novissima ; e como este Officio he de tanta confiança e auctoridade, as mesmas Camaras elegerão para elle as Pelloas mais dignas, e mais distintas em qualidade e procedimento, as quaes se não poderão escusar em razão de idade, de Officio, ou de Privilegio algum.

§. 3. Ao Officio de Fiscal toca o assistir juntamente com o Intendente todos os dias nas Casas da Fundição pelas mesmas horas acima declaradas no Cap. 3. para juntamente com elle visitar as Officinas, e cuidar no procedimento dos Officiaes da dita Casa, e requerer as providencias, que julgar necessarias a bem da Fazenda Real, dos Povos, e da expedição das Partes.

§. 4. E quando os mesmos Intendentes lhes não desfírem, lhes representarão quanto convém ao público, e ao meu Real serviço, e o cumprirem com as suas obrigações ; e quando sem embargo disto continuem em os não attender, darão logo conta aos Governadores do Districto, para estes ou applicarem a providencia, que couber na sua jurisdicção, ou me fazerem presente o descuido, omissão, ou culpa dos Intendentes, para determinar o que for conveniente ao meu Real serviço ; e da mesma forma, quando algum dos dítos Fiscaes achar, que seus immediatos Antecessores não cumprirão com o que devião, o farão presente aos mesmos Governadores, para que dando-me conta disto, haja sobre esta materia de tomar a resolução que me parecer mais justa.


§. 5. Os mesmos Fiscaes serão obrigados a hir o tempo que puderem assistir às Fundições, procurando com todo o cuidado, e vigilancia,

lancia; que os Officiaes e Trabalhadores, que assistirem nas Casas, em que se devem fazer, não commetaõ algum descaminho; e terãõ outro-si cuidado na arrecadação dos materiaes necessarios, para a Fundição, e instrumentos pertencentes á mesma Casa.

§. 6. Na falta, ou impedimento dos Intendentes supprirão as suas vezes os Fiscaes dentro das Casas da Fundição, assim para terem as chaves dos Cofres, como para governarem a economia das mesmas Casas: porẽm no que respeita a tirar devassas, e ao mais procedimento judicial servirão pelos Intendentes os Ouvidores das respectivas Comarcas, e só os ditos Fiscaes poderãõ neste tempo receber as denúncias, remettendo-as depois de tomadas aos Ouvidores para as pronunciarem e julgarem.

C A P I T U L O V.

Dos Thesouheiros.

§. 1.  S Thesouheiros serãõ nomeados pelas Camaras, e servirão por tempo de tres annos, dando primeiro as fianças determinadas pelo Regimento da Fazenda, e em cada hum dos ditos annos se fará o recenseamento da sua conta.

§. 2. A estes Thesouheiros pertence receber o Ouro dos Quintos, como tambem fazer as despesas ordinarias das Casas da Fundição no pagamento dos jornaes, concertos de Instrumentos, e alguns materiaes, como carvão, azeite, e outros de semelhante qualidade, que se devem comprar na mesma terra.

§. 3. Estas despesas se devem fazer, por despacho dos Intendentes, ouvidos os Fiscaes; e os mesmos mandados dos Intendentes com recibo das Partes, a quem se fizerem os pagamentos, servirã de descarga para a despesa dos Thesouheiros.

§. 4. Em cada huma das Casas da Fundição haverá hum livro de entrada, em que se carregue todo o Ouro, que entrar na mesma Casa, declarando-se nelle a hora, em q̃ entrou; outro em que se faça lembrança separada do Ouro depois de quintado, pertencente às Partes, que entrar para a Casa das Forjas; e outro para se fazer nelle a receita de todo o Ouro pertencente aos Quintos.

§. 5. Haverã mais outro Livro de Registo das Guias na forma, que se determina no Cap. 2. §. 3. da mencionada Ley; e todos os ditos Livros, ou quaesquer outros que sejaõ precisos para o serviço destas Casas, serãõ rubricados pelos Ministros do Conselho Ultramarino.

§. 6. Acs

§. 6. Aos mesmos Thefoureiros se entregarão os caixões de Bilhetes, que por ordem do Conselho Ultramarino se devem remetter todos os annos; e no fim de cada hum delles, feita a conferencia com o Livro do Registo, na forma pela dita Ley novíssima ordenada, remetterão os ditos Thefoureiros os Bilhetes, que restarem, ao mesmo Conselho, e cobrarão recibo do Secretario delle, que juntarão às suas contas, sem o que se lhes não darão por correntes.

§. 7. Da mesma forma se carregarão em receita aos mesmos Thefoureiros os Cunhos, que desta Corte se haõ de remetter, para cada hum das Casas da Fundição, os quaes estarão em Casa fechada, e em Cofre de tres chaves differentes, das quaes terão hum os ditos Thefoureiros, e as outras as pessoas, que devem ter as do Cofre do Ouro, as quaes todas juntas devem concorrer para se tirar, ou guardar o Cunho, havendo-se nesta materia com grande cuidado, para se acautelarem as desordens, que da falta delle pôdem resultar. Ultimamente se devem lançar em receita aos ditos Thefoureiros os materiaes e instrumentos necessarios para a Fabrica das Fundições, e tudo o mais, que por qualquer modo vã à dita Casa, pertencente à minha Real fazenda, para de tudo darem conta, quando se lhes pedir.

C A P I T U L O VI.

Dos Escrivaes da receita, e despesa.

§. 1. **O**S Escrivaes da receita e despesa devem ser escolhidos das pessoas mais abonadas das terras respectivas, e destas se haõ de propôr pela Camara tres ao Governador respectivo, para escolher hum de quem tiver melhor informação e noticia, a quem passará provimento por tempo de hum anno, e findo este farão as Camaras novas propostas com faculdade de incluir nellas os mesmos Escrivaes que acabaõ, os quaes no caso de virem propostos serão preferidos pelos Governadores a todos os outros, que não tiverem servido.

§. 2. Estes Escrivaes devem escrever nos Livros da receita e despesa, no da entrada do Ouro, da carga que se faz ao Thefoureiro do Quinto; e no Livro, em que se põem por lembrança o Ouro, que entra para a Casa da Fundição pertencente às partes, e em todos os papeis, que possaõ respeitar à dita receita e despesa.

CAPITULO VII.

Do Escrivão da Intendencia.

§. 1. **O**S Escrivães das Intendencias, que o serão também da conferencia, serão nomeados do mesmo modo q̃ acima fica determinado a respeito dos Escrivães da receita, e servirão de escrever no Livro impresso ; para o registo das barras ; de assistir a todas as conferencias, que haõ de fazer os Intendentes, assim em os Livros do Registo, como nas que todos os dias se devem fazer com a receita dos Theoucreiros, e as mais determinadas na dita Ley, e neste Regimento ; e servirão também de encher os Bilhetes impressos, que haõ de servir de Certidão, para correrem com as barras.

§. 2. Alem destas conferencias farão os ditos Escrivães huma cada mez dos Livros do Registo, com os da receita, despesa, e fundição, para ver se entre si estão concordes ; e no caso de acharem alguma differença, a farão presente aos Intendentes e Fiscaes, para fazerem as diligencias, que lhes parecerem convenientes à arrecadação da Fazenda ; e a este mesmo fim se fará cada anno huma conferencia geral em presença dos Intendentes e Fiscaes, de que se mandará Copia ao Conselho.

§. 3. Aos mesmos Escrivães pertencerá o escreverem nas diligencias e devassas, que tirarem os Intendentes, e nos autos que perante elles, ou os Fiscaes, e Ouvidores, nos casos prevenidos no Cap. 3. §. 6. deste Regimento se processarem ; e nestes levarão os mesmos emolumentos, que por Ley, e Regimento, ou ordens minhas levarem os Escrivães das Ouvidorias, em cujo Districto estiverem as Intendencias.

CAPITULO VIII.

Do Escrivão das Fundições.

§. 1.º **A**O Escrivão das Fundições, que será nomeado da mesma forma que os outros, toca o escrever em seu Livro separado todo o Outo, que entrar nas Casas da fundição, fazendo de cada parcela seu assento com a declaração da hora, em que entra, deixando logo ao pé do dito assento hum claro, para depois de

de fundido o Ouro, se pôr o peso da barra, que elle produzio, e os quilates que tiver pelo seu tóque, ou ensayo.

§. 2. Estes tres Escrivães servirão huns pelos outros no caso da falta ou impedimento; e de todas as diligencias pertencentes ás Casas de Fundição, ou respeitem ao meu serviço, ou ao expediente das Partes, não levarão cousa alguma, debaixo das penas comminadas na dita Ley.

C A P I T U L O IX.

Dos Fundidores.

§. 1. **O**S Fundidores estarão sempre promptos na Casa da Fundição ao tempo, que nella houver de entrar o Intendente, e com o mayor cuidado, promptidão, e desvélo darão aviamento ás Partes, pela ordem e formalidade regulada na mencionada Ley de tres de Dezembro.

§. 2. Todas as despesas da Fundição se farão por conta da minha Real Fazenda, sem que em razão dellas, e do trabalho de fundir se leve cousa alguma ás Partes, nem com o pretexto de gratificação, ou por outro algum, de qualquer qualidade que seja, debaixo das penas declaradas no Cap. 2. §. 5. da dita Ley.

C A P I T U L O X.

Dos Ensayadores.

§. 1. **O**S Ensayadores servirão para ensayarem, ou tocarem o Ouro; conforme as Partes quizerem, ficando ao arbitrio dellas escolherem qual dos dous exames lhes parecer melhor; e nas barras, e Guias, que dellas se passarem, se fará a declaração do Ouro por tóque, ou ensayo, conforme for feito.

§. 2. Estes ensayos se farão gratuitamente, sem se levar delles cousa alguma aos particulares, da mesma forma, e debaixo das mesmas penas acima mencionadas a respeito dos Fundidores.

CAPITULO XI.

Dos Meirinhos , e seus Escrivães.

§. 1. **O**s Meirinhos haõ de fazer todas as diligencias , que lhes ordenarem os Intendentes, procurando que pela sua omiſſão , ou deſcuido ſe não percaõ , ou mal logrem as diligencias. E eſte meſmo cuidado teraõ os ſeus Eſcrivães.

§. 2. E porque na mayor parte daſ terras, onde as Casas da Fundição haõ de ſer eſtabelecidas , ha Officiaes dos Juizos ordinarios: Hey por bem ordenar, que os Meirinhos , e Alcaides com os ſeus Eſcrivães, ſirvaõ por diſtintuição aos mezes à ordem do Intendente, ou quem ſeu cargo ſervir. E as cauſas, que huma vez principia-rem com os ditos Eſcrivães , ficarão perpetuadas nos ſeus reſpectivos Eſcriptorios.

§. 3. O Meirinho, e ſeu Eſcrivãõ haõ de ſervir alternativamente de Porteiros , e quando ambos eſtejaõ occupados em alguma diligencia , os Intendentes nomearão huma das Perſoas do ſerviço da meſma Caſa , para que interinamente faça as vezes de Porteiro.

§. 4. E pelas diligencias , que os ſobreditos Officiaes fizerem , e papeis que eſcreverem nas Intendencias , levarão os meſmos emolumentos , que ſe achão eſtabelecidos nos outros Juizos ordinarios.

CAPITULO XII.

Das Casas de Fundição, e do modo em que eſta ſe hade fazer.

§. 1. **N**as Casas deſtinadas para a Fundição deve haver huma em que ha de eſtar a Meſa da Intendencia : na cabeceira deſta ſe porá a cadeira do Intendente , e nos lados em bancos de eſpalda ſe haõ de aſentar em primeiro lugar o Fiſcal, depois o Theſoureiro , e os dous Eſcrivães , precedendo-ſe eſtes pela antiguidade do Provimento.

§. 2. Na meſma Meſa eſtará armada a Balança, em que ſe ha de peſar o Ouro em pó, que as Partes vierem fundir, ſendo a dita Balança , e peſos concertados , e aſſeridos com aquella igualdade, que ſe requer em materia tão importante , e examinados todas as ſemanas na fórma acima dita.

§. 3. Tantoque as partes entrarem com o Ouro em pó nas di-
tas

tas Casas, o apresentaráo em a referida Mesa; e o Thesoureiro, estando presente a pessoa, que trazer o mesmo Ouro, o pesará; e lançando a conta às Oitavas, tirará logo as que pertencerem ao Quinto Real: bem entendido que este Ouro do Quinto se ha de tirar de toda a parcela, que se apresentar, e não de algum Ouro separado, que se traga para este pagamento, e se metterá a importancia do mesmo Quinto em hum pequeno Cofre, que deve estar na dita Mesa.

§. 4. A parcela que liquidamente ficar pertencendo às Partes, se mandará para a Casa da Fundição pelo Ajudante do Ensayador, e estando impedido, pelo segundo Fundidor, e acompanhado da mesma Parte com hum Bilhete do Escrivão da receita, em que declare o nome do dono, ou da pessoa, que trouxe aquella parcela, e a sua importancia depois de quintada, o qual Bilhete se ha de entregar ao Escrivão da Fundição, para fazer o assento no seu livro.

§. 5. Em se fazendo o dito assento, o mesmo Escrivão entregará logo o Ouro ao Fundidor, para o reduzir a barra, e a Parte poderá assistir, se lhe parecer; e o mesmo Official, que tiver levado o Ouro para a Casa da Fundição trará a barra para a do despacho, para se tocar, ou ensayar na forma sobredita.

§. 6. O Ensayador dará hum Bilhete, em que declare os quilates, que toca a dita barra; e ficando esta declaração no livro das Fundições, se pesará novamente, e logo se cunhará, e marcará com a declaração do seu numero, do seu peso, e dos quilates que toca.

§. 7. Tantoque assim estiver feito, se entregarão as barras aos Interessados com as suas Guias impressas do theor seguinte = *O Intendente, e Fiscal da Casa da Fundição de N. abaixo assignados: Fazemos saber, que F. morador em N. metteo nesta Casa da Fundição de N. tantos marcos — onças — oitavas — e grãos de Ouro, de que se tirou de Quinto para a Fazenda Real Marco — onça — oitava, e grão de Ouro, e o mais se fundio, e delle se fez hum a barra, que pesou Marco — onça — oitava — e grão de Ouro de vinte, e — quilates, grãos — por ensayo (ou toque) que nelle se fez, e se entregou com esta Certidão assignada por nós* = As quaes Guias ficarão registadas no livro do Registo impresso.

§. 8. Estas Guias serão remettidas todos os annos por ordem do Conselho Ultramarino impressas, e somadas com seus numeros e ornatos, que se mudarão em cada hum anno, em Cofre fechado com três chaves, das quaes se enviará hum a ao Intendente, outra ao Fiscal, e a outra ao Thesoureiro respectivo, aos quaes se hade fazer a receita delles na forma, que fica disposto no Cap. 4. §. 10. deste Re-

se Regimento, remettendo-se desta Corte os caixões em direitura aos dous Intendentes da Bahia e Rio, para elles os enviarem ás Intendencias a que tocaõ, das quaes se lhes mandarão tambem os caixões de Bilhetes, que se não gastarem para se remetterem ao Conselho.

§. 9.º Em cada hum dia á tarde, quando cessar o trabalho, o Thesoureiro na presença do Intendente, do Fiscal, e do Escrivão da receita, entregará todo o Ouro do Quinto Real daquelle dia; e pesando-o, e achando-o certo com as receitas, que estão lançadas no livro dellas (fazendo alguma declaração do acrescimo, se o houver, no que vay dos pezos miudos ao peso total) se recolherá o dito Ouro ao Cofre de quatro chaves abaixo declarado.

§. 10.º A Casa, em que se ha de fazer a Fundição, estará sempre fechada com duas chaves; das quaes terá huma o Fundidor, e outra o Fiscal; e a porta desta Casa ha de estar na do Despacho, e se for possível será a dita Casa construida de forma, que se possa observar o que nella se passa da Mesa da Intendencia, para que assim com mais cuidado se evite qualquer desordem ou descaminho, que nella se possa fazer.

§. 11.º O mesmo Ajudante do Ensayador, ou segundo Fundidor, que na forma declarada no §. 4.º deste Cap. ha de levar o Ouro á Fundição, e trazer a barra, servirá tambem de acunhar, e marcar, e pôr o numero, e quilates.

C A P I T U L O XIII.

Dos Cofres.

§. 1.º **H**Averá em cada Casa da Intendencia dous Cofres: hum, em que se metta o Ouro das partes em pó, ou em barra, em quanto ha alguma pequena e precisa demora da sua entrega; e outro, em que se guarde o Ouro, que se tirar do Quinto Real: os quaes Cofres estarão com toda a segurança, e arrecadação possível, e cada hum delles terá quatro chaves.

§. 2.º Estas chaves serão distribuidas na forma seguinte: terá huma o Intendente, outra o Fiscal, outra o Thesoureiro, e a quarta o Escrivão da receita; e cada huma destas chaves será diferente, excepto as do Intendente e Fiscal, que serão identicas, visto que ao Fiscal toca servir de Intendente, na forma deste Regimento, para que se não possam abrir os ditos Cofres, sem estarem presentes
as refe-

as referidas quatro pessoas, a quem se confiaõ as ditas chaves.

§. 3. Estando impedido o Intendente, usará da sua chave o Fiscal, visto que he identica; e no impedimento do Thesoureiro, dará este a chave á pessoa, que lhe parecer, abonando-a; e a do Escrivão impedido se dará ao que servir por elle.

C A P I T U L O XIV.

Das Escovilhas.

§. 1. **C**omo sou servido dar livremente ás Partes os materiaes necessarios para a fundição, ordenando na forma sobredita, que nem em razão delles, nem do trabalho se lhes leve cousa alguma; em justa recompensação desta despesa: Hey por bem declarar, que o producto das Escovilhas pertence á minha Real Fazenda.

§. 2. A importancia destas Escovilhas se carregará em receita aos Thesoueiros, com distincção e separação do producto dos Quintos, e com a mesma distincção se metterão nos Cofres; e quando se remetter o Ouro delles, virá tambem o procedido das mesmas Escovilhas com differença, para se conhecer que he procedido dellas.

§. 3. Quando a experiencia e conhecimento pratico mostre que ha necessidade de mais providencias das que se expressão neste Regimento, assim para a conveniente arrecadação dos Quintos, como para a segurança, expedição, e commodo dos particulares, os Governadores, e Intendentes respectivos, mo farão logo presente; havendo-se nesta parte com o prompto cuidado, que muito lhes recommendo.

Este Regimento se cumpra e guarde inteiramente, como nelle se contém, não obstante quaesquer outras Leys, Regimentos, ou Resoluções em contrario, que hey por derogados para este effeito, como se delles fizesse expressa e individual menção. Pelo que mando ao meu Conselho Ultramarino, Vice-Rey, Governadores, e Capitaes Generaes do Estado do Brasil, Ministros, e mais Pessoas dos meus Reynos, e Dominios, que o cumpraõ e guardem, e o fação inteiramente cumprir e guardar, como nelle se contém; e ao Desembargador Francisco Luiz da Cunha e Ataide do meu Conselho, e Chanceller mór do Reyno, mando que o faça publicar na Chancellaria, e o faça imprimir e registar nos lugares, onde se
costu-

costumão fazer semelhantes registros, e enviar às partes costumadas; e este proprio se lançará na Torre do Tombo. Escripto em Lisboa a quatro de Março de mil setecentos cincoenta e hum.

R E Y.

Diogo de Mendonça Corte-Real.

Regimento, que V. Magestade há por bem mandar se observe nas Intendencias, e Casas de Fundição, que novamente manda erigir no Estado do Brasil, pela Ley, que foi servido mandar publicar em tres de Dezembro do anno proximo passado.

Para V. Magestade ver.

Fran.

Francisco Luiz da Cunha de Ataíde.

Foi publicado na Chancellaria mór da Corte e Reyno na fôrma costumada. Lisboa, 5. de Março de 1751.

Dom Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria mór da Corte e Reyno no livro das Leys a fol. 164. Lisboa, 5. de Março de 1751.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Joseph dos Santos o fez.

Foy impresso na Chancellaria Mór da Corte, e
Reyno.

OB
P8539
1751
4

70-610-2
R.S. Wormser
Sept '69

1-SIZE

